



ATA DA 123ª. SESSÃO, EM 05.12.2002

Sessão Ordinária

Às dezessete horas e trinta minutos do dia cinco de dezembro do ano de dois mil e dois, nesta cidade do Recife, Capital do Estado de Pernambuco, presentes os Excelentíssimos Desembargadores: Antônio de Pádua Carneiro Camarotti Filho, Presidente; Manoel Rafael Neto, Vice-Presidente; Sérgio Marinho Falcão, Corregedor Regional Eleitoral; Mário Gil Rodrigues Neto; José Paes de Andrade; Ridalvo Costa; Leopoldo de Arruda Raposo; e o Dr. Miécio Oscar Uchôa Cavalcanti Filho, Procurador Regional Eleitoral, comigo, Marcos Antônio Tavares de Albuquerque, Diretor Geral, foi aberta a sessão. Lida e aprovada a ata da sessão anterior, o Presidente, tendo em vista o caráter solene da sessão, determinou o adiamento da pauta. Em seguida, o Presidente acusou o recebimento do pedido de renúncia do Des. José Paes de Andrade e, ao mesmo tempo, convidou-o para compor a Mesa, juntamente com as seguintes autoridades: Dr. Dorany Sampaio, representando o Governador do Estado; Des. Macedo Malta, representando o Presidente do Tribunal de Justiça; Joaquim José de Barros Dias, Procurador da República; Deputado José Mendonça; Desembargadores Eduardo Augusto Paurá Peres; Luiz Carlos Medeiros; José Antônio Amorim; Maurício de Albuquerque; Mário Melo; Márcio Xavier; Fernando Eduardo; Jones Figueiredo; Milton Neves; Fausto Freitas; Luiz Alberto Gurgel; Eloy D'Almeida Lins; João David; Itamar Pereira; Carlos Xavier; Luiz Belém de Alencar; e Araken Mariz; Dr. Taciano Domingues da Silva, representando a OAB-PE; Dr. José Neves; e o Dr. Francisco Rodrigues dos Santos Sobrinho, Procurador da República. Pedindo desculpas, o Presidente afirmou que todos os presentes se sentissem parte integrante da Casa. Posteriormente, o Presidente fez a leitura do ofício comunicando a nomeação, pelo Presidente da República, do Des. Eleitoral Gustavo Paes de Andrade como novo membro deste Tribunal, na classe de jurista. Ato contínuo, o Presidente convidou os Desembargadores Manoel Rafael e Sérgio Falcão para fazerem ingressar no recinto o Des. Gustavo Paes de Andrade, convocando o Diretor Geral para ler o termo de posse do novo membro efetivo desta Corte. Concluída a leitura do termo, o Des. Gustavo Paes de Andrade o assinou, prestou o juramento de praxe e tomou assento entre os demais Desembargadores. Dando seqüência, o Presidente concedeu a palavra ao Des. José Paes de Andrade, que fez a seguinte saudação: "Exmo. Sr Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco; Exmo. Sr Vice-Presidente no exercício da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado; Exmo. Sr. Dr. Dorany Sampaio, Secretário de Governo, representando o Exmo. Sr. Governador do Estado; Exmo. Sr. Procurador Regional Eleitoral; Srs. Desembargadores do Tribunal Eleitoral;

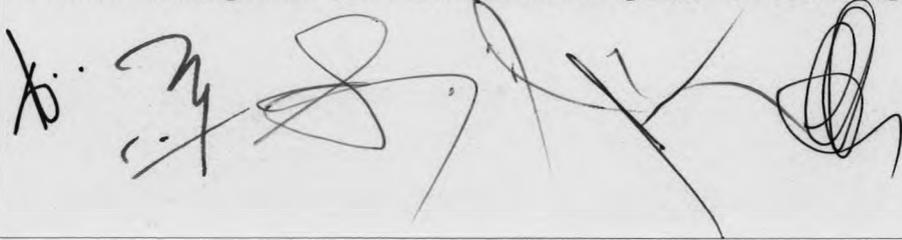
Srs. Desembargadores do Tribunal de Justiça; meus amigos; minhas Senhoras e meus Senhores: Esta solenidade tem um significado especial na minha vida pessoal e de imensa importância na vida profissional. Compondo o Pleno desta Corte de julgamento eleitoral, assisto esta derradeira sessão do meu mandato, despedindo-me, face o término do segundo biênio, dos quatro anos aqui passados, em obediência aos princípios constitucionais expressos na Carta Magna da República. Foi um aprendizado válido na formação jurídica, a permanência aqui, convivendo com bons profissionais do Direito, equipe de servidores da mais alta qualificação e categoria, período produtivo de aperfeiçoamento profissional e pessoal, convivência fraterna, aplicação da lei em Colegiado, troca de conhecimentos e experiências envolvendo Direito Eleitoral, Processual Civil, Constitucional e Administrativo, excelente relacionamento com o direito e as pessoas, enfim, um convívio em família. Imensa foi a satisfação quando aqui cheguei sem pleitear, há quatro anos atrás, recebendo o convite poucas horas antes da votação, da sugestão do meu nome, feita ao Tribunal de Justiça do Estado pelo então Presidente desta Corte, ex do Tribunal de Justiça, fraternal amigo e ilustre colega de turma na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pernambuco, aqui presente, Desembargador Luiz Belém de Alencar; e no segundo biênio pelo Presidente Arthur Pio dos Santos Neto, hoje, ambos excelentes advogados no foro da Capital, aos quais rendo minhas homenagens e aos Desembargadores que acreditaram e confiaram na minha capacidade e no meu desempenho, concedendo-me, nos dois biênios aqui passados, maioria absoluta em votação secreta, demonstrativo do desejo do Tribunal, que fosse eu, realmente, o escolhido, homologado pelo Tribunal Superior Eleitoral e nomeado pelo Exmo. Sr. Presidente da República, para compor esta Corte Federal. É o rodízio obrigatório dos membros dos Tribunais Eleitorais, por expressa determinação constitucional. Meu espírito encontra-se, agora, envolto de saudades, ao me despedir do convívio de todos, colegas Desembargadores e funcionários da Casa, que muito nos ajudaram a desenvolver, aqui, os nossos trabalhos. Louvo o trabalho eficaz do meu assessor direto, Procurador do Estado, Professor Djalma Galindo, excelente profissional, cultura sólida e objetividade nas questões, muito contribuiu para um mais rápido desempenho do meu trabalho nesta Corte. Exalto a competência e brilhante atuação nas funções do Diretor Geral deste Tribunal, Dr. Marcos Antônio Tavares de Albuquerque; da Secretária Judiciária, arquivo vivo desta Corte, Bacharela em Direito, Cleyde Wanderley Soriano de Oliveira; do Assistente das Sessões do Tribunal Pleno, Zauby Ferreira da Silva; das Taquígrafas que nos acodem nas reuniões do Pleno: Alba, Iêda, Rosângela e Tânia; e todos os demais outros funcionários com quem convivemos ligados ao nosso trabalho, desde os da Diretoria Geral, Gabinetes da Presidência, Vice-Presidência, Assessorias, Secretaria, Portaria e Segurança. Nominalmente, destaco alguns dos funcionários desses órgãos, de contínua convivência no trabalho conosco: Cláudia Aragone, Ridalva Marques de Santana, Elizabete Miranda, Maria do Socorro Andrade, Cibele Garrido, Sonia Pontes, Breno Russell Wanderley, Joaquim Arcoverde Neto, jornalista Roberta Jugmann, Veruska Oliveira, Teresa Ataíde, Edileuza Vasconcelos, Ernesto Macedo Malta, Cláudio Carneiro, Coronel Barros Lima, Major Arnaldo e Capitão Rinaldo. Todos esses



servidores muito nos auxiliaram no cumprimento das nossas tarefas nesta Corte, com capacidade e eficiência, a eles a minha gratidão. Proponho ao Tribunal, que sejam anotados nas fichas funcionais dos nominalmente citados os relevantes serviços prestados, altamente qualificados no exercício das suas respectivas funções. Prossigo meu pensamento, agora, navegando para os companheiros Desembargadores Eleitorais, Procuradores Eleitorais da República, Juízes Eleitorais, que passaram por este Tribunal, servindo, lado a lado conosco. Para todos a nossa viva recordação e homenagem, agradecido pela oportunidade de havermos trabalhado juntos e com todos trocado conhecimentos e experiência de vida. Para os atuais componentes desta Corte, nesta derradeira sessão, declaro a nossa amizade fraterna, saudades bem presentes e imorredouras do feliz convívio: ao nosso Presidente Antônio de Pádua Camarotti Filho, líder incontestado com a dosagem bem traçada do afeto, firmeza, competência, autoridade e atenção; das figuras marcantes, fixas na memória e no coração, dos Desembargadores: Manoel Rafael Neto, capacidade e alegria da Casa; Ridalvo Costa, experiência e prumo das nossas decisões; Sérgio Marinho Falcão, fidelidade integral ao Direito e à Justiça; Leopoldo de Arruda Raposo, voto bem fundamentado, despreocupado com o horário; Mário Gil Rodrigues Neto, afinado processualista e olho nas comunicações; Miécio Oscar Uchôa Cavalcanti Sobrinho, brilhante inteligência, cuidadoso com o Tribunal e seus membros, sempre atento para o efetivo cumprimento da lei, é o *lord* da Casa. Excelências: cheguei a este Tribunal jovem, de cabeça afinada e concluo meu tempo mais jovem ainda, menino e sabido com as lições aqui aprendidas. Rogo a todos, não deixarem escapar o nosso convívio e os laços da amizade real existente, nascida nesta Casa. Retorno ao nosso escritório de Advocacia, segundo pavimento, Edifício Galleria, Av. Conselheiro Aguiar, 2941, esquina com Padre Bernardino Pessoa, Bairro de Boa Viagem, central telefônica 3465-1121, local onde sempre estarei à disposição de todos. Expresso-lhes que jamais esquecerei os momentos aqui vividos, com a consciência tranqüila do dever cumprido para com o Estado e o País, com a felicidade de não haver decepcionado aos companheiros de trabalho, o corpo funcional da Casa e todos que em mim confiaram. Foi um privilégio passar por esta Corte, esforçando-me sempre com o ardor de resplandecer o direito e a verdade, aprimorando o espírito e a mente, trabalhando pelo constante progresso e desenvolvimento da democracia brasileira, forma de governo que prestigia e premia a participação de todos os cidadãos, com o mais valioso dos seus direitos, o de votar, poderoso instrumento de cidadania, outorgado na Carta Magna da República. Sempre defendemos o compromisso cívico que temos com a democracia e o sagrado direito do voto, arma poderosa para promover o bem comum, melhor contribuição que se pode oferecer à democracia e ao País, exercitar esse direito, buscando utilizá-lo por todos os meios ao nosso alcance, para despertar e convencer cada um entender a importância que tem para a vida pública, votar, escolher os melhores para dirigir o Estado e o País. Por isso, aqui defendemos e chamamos sempre atenção da importância que devemos dar ao horário gratuito da rádio e televisão nos períodos eleitorais, para não se lhes deixar desvirtuar-se, sair da sua missão de bússola orientadora do eleitorado que deve ser, destinado a levar esclarecimentos para melhor orientação na escolha dos candidatos, ouvindo-se propostas de trabalho,



programas de partidos, de governo, de candidatos, o que se propõem realizar, meios que defenderão para melhoria do nível de vida da população, formalização de propostas firmes, com segurança, para o povo bem entender e saber escolher em quem votar, utilizando com conhecimento e livremente, o direito de escolha, pois, para isto é que o programa foi instituído. Não vamos deixá-lo esvair-se na troca de insultos e destruição de imagens das pessoas. O Poder Judiciário tem muita responsabilidade nessa direção, agindo com rapidez nas fiscalizações, não se quedar silencioso e pacífico diante de transgressões ocorridas, com coragem e decisão enfrentar, ágil e velozmente, desvirtuamentos de inconformados, não educados ainda para o jogo do processo democrático, forçando-nos exercitar poderes que nos são outorgados, por sermos diretamente responsáveis, incumbidos pelo processo eleitoral desde o registro do candidato até a diplomação, na aplicação da lei, levando ao povo os meios de poder, com tranqüilidade e conhecimento, votar, escolhendo o melhor para verdadeiramente melhor ser o escolhido, não deixando o eleitor padecer no analfabetismo político. O famoso escritor Bertold Brecht, falando sobre o analfabetismo político, diz: “É aquele que não ouve, passa fome, mora nas ruas, não fala, não participa dos acontecimentos políticos, não sabe o que é o custo de vida, o preço do feijão, da farinha, do peixe, da carne, do aluguel, do sapato, do remédio, do transporte, mora nas ruas onde vive perambulando dependendo de decisões políticas”. Para mim, pior ainda, é a outra classe de analfabetos, os denominados alfabetizados políticos, aqueles que dizem: “não vou votar”, por omissão ou comodidade, afirmando odiar a política, e acrescenta que tudo sempre fica do mesmo jeito ou pior, ignorando que, com esta atitude de indiferença, em lugar de exercer o seu sagrado direito do voto e aconselhar os outros a assim proceder, pensando no País, esquecem que não falando nem exercitando este seu direito, desta santa ignorância nascem: as prostitutas, os menores abandonados, os que não se alfabetizaram, os que não são atendidos pela saúde pública, os impedidos de adquirir a escolaridade, os assaltantes, e o pior de todos os bandidos, os que viram vigaristas, pilantras e corruptos. Sempre presenciei aqui, Excelências, este Tribunal, unanimemente, buscar cumprir seus deveres e obrigações, atento ao mister das suas funções pelos seus membros na condição de juristas, guardiões das Leis Eleitorais nas suas frias aplicações, entendendo sempre, acertadamente, mais além do ser jurista, como dizia Aliomar Baleeiro, “desgraçado do País em que os juízes forem apenas juristas”, acrescentando-se que o ilustre mestre do Direito referiu-se ao Juiz, portanto ao Judiciário, o poder onde deságuam as angústias e desesperos do povo, não pode decepcionar a sociedade. Já avançamos muito nesta direção, mas é necessário continuar. Aqui, nunca fomos omissos nem indiferentes, nunca faltamos com ações e obrigações. Seguimos sempre as lições do Padre Antônio Vieira, quando se manifestou numa de suas elocuições a respeito da falta de ação das pessoas, por indiferença ou omissão, passando-nos o exemplo da repreensão feita por Deus ao profeta Elias, então encarregado de ofício público do povo de Israel: “ainda que eram boas as obras que fazia, (Elias) eram melhores as que deixava de fazer. O que fazia era a devoção, o que deixava de fazer era a obrigação, estar Elias no deserto, quando havia de andar na CORTE, estar metido em uma cova, quando havia de aparecer na praça, estar contemplando o céu,

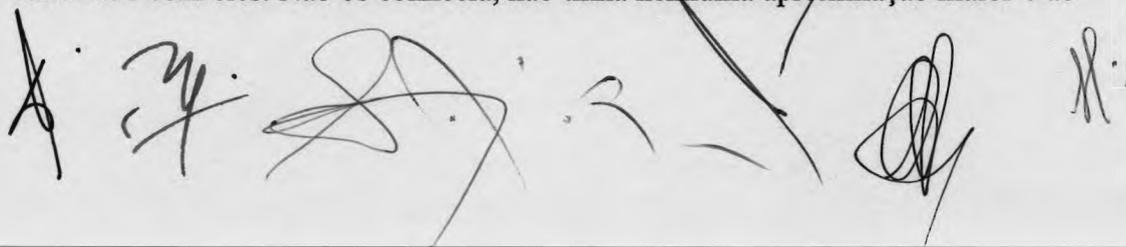


quando havia de estar amanhando a terra, era muito grande culpa. A razão era fácil, continuava: no que fazia Elias, salvava a sua alma; no que deixava de fazer por omissão, perdiam-se muitas. Não digo bem: no que fazia Elias parece que salvava a sua alma; no que deixava de fazer, perdia a sua alma e a dos outros; a dos outros porque faltava a doutrina, a sua, porque faltava a obrigação". A reflexão, Excelências, e avaliação desses fatos ocorrentes, leva-nos a meditar, alcançar entender, omissão e indiferença serem palavras negativas, nada contribuindo para atingir-se o progresso de que necessitamos. A palavra é agir, sempre, sem nunca se omitir nem esmorecer, continuamente firme, como nos colocamos neste Tribunal, buscando aperfeiçoar, cada vez mais, o processo eleitoral e democrático do povo brasileiro. Concluo prestando uma homenagem especial à Classe a que pertencço dos Advogados, sem esquecer o inolvidável João Monteiro Filho (in memória), e os fraternais amigos que integraram a chapa com o meu filho Gustavo, Joaquim Correia e Aluizio Xavier, ambos ex-Presidentes da Ordem dos Advogados, Secção de Pernambuco, afirmando-lhes a estima que lhes tenho e a todos outros advogados, declarando haver sido importante, também, para mim trabalhar aqui, no vértice desta pirâmide processual, assistindo o desempenho dos colegas que na base dela assomaram a tribuna desta Corte, esforçando-se a exemplo de nós julgadores, atentamente, para buscarmos encontrar o melhor caminho do Direito para alcançar a Justiça. Ao advogado nomeado, novo membro desta Corte, meu filho Gustavo Paes de Andrade, fiquem tranqüilos, é melhor do que eu. Deus concedeu-nos a graça desta felicidade: vemos ele chegar a esta Corte Federal para ocupar o lugar que me encontrava, servindo ao País, e por seu próprios méritos, do que muito me orgulho, reconhecidos e atestados por todos que com ele convivem ao longo do percurso da sua vida profissional, sabem que méritos não lhe faltam, referendados agora com a sua nomeação pelos Poderes da República, seguindo as normas fixadas na Carta Magna. Finalizando, Excelências, recebo da vida este prêmio, sabendo que nada nela é definitivo, nem a própria vida, tudo é passageiro. O que influi, o que fica, no julgamento do viver, é a forma e maneira de saber-se viver a vida. Deus é o grande reconhecedor de tudo isto e de todos nós, apontando-nos a nota pelo que somos, pelo que vivemos, o que fazemos e realizamos, sabendo caminhar na vida, conduzindo o patrimônio mais importante à própria vida, sabendo tocar a alma do ser humano, carregar o talento da humildade, ser leal consigo mesmo e com os outros, para não caminhar tropeçando, por não saber viver, vivendo e sempre com esperança este belo sentimento da criatura humana que, graças a Deus e a Virgem Maria, nas suas asas sempre nos abrigamos, repetindo Augusto dos Anjos: "A esperança não murcha, ela não cansa, também como ela não sucumbe a crença. Vão-se os sonhos nas asas da descrença. Chegam sonhos nas asas da esperança. "O que confia no Senhor este é feliz (Provérbios 16:20b)." Com a palavra, o Des. Leopoldo Raposo saudou o recém empossado com as seguintes palavras: "Sr. Presidente, Des. Antônio Camarotti, demais autoridades presentes a esta solenidade, meus Senhores, minhas Senhoras, Srs. Desembargadores que compõem o Pleno desta augusta Casa. O convite que me foi formulado, praticamente no dia de hoje, para fazer a saudação ao eminente e honrado Des. Gustavo Paes de Andrade muito me honra e me deixa envaidecido. Procurei de

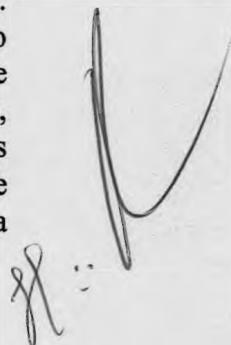
início tomar conhecimento do *curriculum vitae* do eminente Desembargador ora homenageado e encontrei o seu currículo na internet; currículo que possui mais de dez páginas, letras miúdas, cujo conteúdo que dignifica e eleva Vossa Excelência, para ler em sua integralidade, demandaria mais de uma hora. Mas, eminente Des. Gustavo Paes de Andrade, devo ressaltar que a presença de Vossa Excelência nesta Casa constitui acontecimento de alta significação e motivo do mais vivo contentamento de todos que compõem o Tribunal Regional Eleitoral. Providencial, oportuna e também benéfica a decisão do egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco que, por maioria expressiva dos seus membros, o indicou em lista tríplice; e por ato de Sua Excelência, o Presidente da República, Vossa Excelência, eminente Des. Gustavo Paes, é nomeado como Des. Eleitoral para compor esta egrégia Casa de Justiça Eleitoral. De fato, Sr. Des. Gustavo Paes, quis o acaso que se realizasse hoje um acontecimento singular na história, na vida do Tribunal Regional Eleitoral. Exatamente, a coincidência da posse de Vossa Excelência em substituição ao seu genitor, eminente Des. José Paes de Andrade. Diria, Sr. Presidente, Des. Camarotti, que o destino assim programou este acontecimento para que se conservasse o fio luminoso e resplandecente das tradições desta Corte. É emocionante afirmar que pai e filho, ambos com brilho, reúnem sólida formação humanística, ética, moral e jurídica. Devo ressaltar, ainda, eminente Des. Gustavo Paes de Andrade, que o lugar que Vossa Excelência está ora assumindo, que é a função para qual Vossa Excelência foi nomeado, não constitui um presente outorgado a Vossa Excelência, em absoluto; até porque, ninguém poderia lhe permitir assumir esta função por ato gracioso, por ato generoso ou de mera liberalidade. Não foi um presente, repito, mas Vossa Excelência o conquistou. Conquistou com o seu trabalho, com a sua competência profissional, com o seu notável saber jurídico, com o merecimento e com os seus méritos. Quero, neste instante e nesta oportunidade, ressaltar com admiração o conteúdo do *curriculum vitae* de Vossa Excelência, que, como já fiz referência, muito o dignifica e o eleva. Vossa Excelência nasceu nesta Cidade do Recife e conclui o curso de Bacharel em Direito, ainda jovem, pela Universidade Federal de Pernambuco. Domina o idioma inglês, tendo cursado durante mais de um ano escola de idioma na Europa, na Inglaterra, no período de 1979 e 1981; tendo recebido certificado com louvor de conclusão do referido curso. Participou de vários encontros e simpósios, com destaque; participou Vossa Excelência com destaque dos estudos sobre o pensamento do Papa João Paulo II, onde, nesta oportunidade, neste círculo de estudo, debateu e suscitou Vossa Excelência importantes questões. Vossa Excelência também domina a metodologia de pesquisas jurídicas e, em razão desse fato, foi convidado para participar do Seminário de Pesquisas Jurídicas, promovido pela Faculdade de Direito do Recife, em 1982. É versado e teve participação com destaque por oportunidade da edição da nova lei inquilinária, do ciclo de debates da nova lei do inquilinato, promovido pelo SECOVI no ano de 1982. A brilhante participação de Vossa Excelência é enaltecida em razão de que tais questões intrincadas, debatidas e suscitadas por Vossa Excelência neste encontro e, no ano seguinte, Vossa Excelência foi mais uma vez convidado para participar do ciclo de estudos onde se debateu mais uma vez a nova lei do inquilinato. Participou, também, do Congresso de Direito



Constitucional promovido pela Faculdade de Direito do Recife. Foi convidado e participou, também com destaque, tendo debatido questões de Direito Civil e Processual em simpósio realizado no Hotel Glória, na Cidade do Rio de Janeiro. Vossa Excelência, ainda quando muito jovem, foi convidado para exercer a função de oficial de gabinete do Governo do Estado de Pernambuco, durante os anos de 82 e 83 e, em seguida, passou a ser Chefe de Gabinete do Secretário de Indústria e Comércio. Exerceu, ainda, a importante função de assessor do Governador do Estado de Pernambuco nos anos de 87 e 88. Foi, ainda, assessor do gabinete do Secretário de Justiça, no período de 1990 e 1991. Recebeu diversas comendas concedidas por instituições de destaque. Ressalto, ainda, que Vossa Excelência teve importante participação no projeto do Código Civil, tendo sido convidado pelo eminente relator, Deputado Ricardo Fiúza, onde com Sua Excelência colaborou na elaboração do anteprojeto de lei do novo Código Civil, conforme consta em seu rico *curriculum vitae*. É, como se vê, Sr. Presidente, enriquecedor o currículo do eminente Desembargador ora empossado, Gustavo Paes de Andrade. É grande, portanto, Sr. Des. Gustavo Paes de Andrade, é grande o nosso regozijo em ter Vossa Excelência ao nosso lado; em acolher Vossa Excelência, homem de talento e de cultura jurídica. E, particularmente, ressalto a minha alegria de em nome desta Casa ter sido designado para fazer a saudação de Vossa Excelência. Com estes altos e nobres sentimentos, Sr. Des. Gustavo Paes, é que o TRE vos presta esta homenagem, a homenagem do seu apreço. Desejo que Deus ilumine, portanto, Vossa Excelência na missão que Vossa Excelência ora assume. Meus parabéns e muito obrigado." Posteriormente, o Presidente concedeu a palavra ao Dr. Miécio Cavalcanti para que o mesmo, em nome do Ministério Público, fizesse a seguinte saudação: "Sr. Presidente desta Casa, Des. Antônio Camarotti; Exmo. Sr. Representante do Governo do Estado, Dr. Dorany Sampaio; eminente Des. Macedo Malta, representando o Tribunal de Justiça, na pessoa de quem saúdo os demais Desembargadores; Dr. Taciano Domingues, representante da Ordem dos Advogados; Dr. Joaquim Dias, meu colega, representando a Procuradoria Geral da República, na pessoa de quem saúdo os demais Procuradores presentes; minhas Senhoras e meus Senhores. Serei brevíssimo e acho que me resta muito pouca coisa a dizer após a brilhante elocução do eminente Dr. José Paes e do Eminente Des. Leopoldo. Em nome do Ministério Público e no meu próprio, eu dou as boas vindas a V. Excelência, que certamente herdou do seu estimado pai, que hoje se afasta desta Casa, as virtudes do bom combatente do zeloso Advogado, ao qual não lhe faltam predicados para o bom exercício agora da Magistratura Eleitoral. Saiba, V. Excelência, que aqui, tanto como Dr. José Paes, V. Excelência encontrará um clima de harmonia, de fraternidade, de amor, que se faz nesta Casa, que é um verdadeiro santuário dos direitos políticos do cidadão. Tenha a certeza de que do Ministério Público Eleitoral V. Excelência poderá esperar o espírito de cooperação, de transparência no relacionamento, de defesa intransigente destes direitos. Hoje é um dia que é um misto de alegria e de tristeza. Alegria pela chegada de um novo Desembargador e relativa tristeza pela saída do Des. José Paes e, também, pelo último dia de atuação do Des. Mário Gil. Para mim é um motivo de extrema satisfação ter convivido com eles. Não os conhecia, não tinha nenhuma aproximação maior e ao



longo deste período que aqui permaneço me foi possível compreender a grandeza de Vossas Excelências, compreender a atuação zelosa com que Suas Excelências trataram o assunto eleitoral e eu acho que, esta Casa, como certa vez eu disse ao Des. Ridalvo Costa, é na verdade uma Casa em que vive um clima de família. E aqui, Dr. Gustavo, V. Excelência vai encontrar esse clima familiar. E queira Deus que V. Excelência seja provido do espírito de defensor intransigente da aplicação da Lei Eleitoral, porque é isso que a sociedade espera de todos nós. Eu o saúdo, dando as boas vindas e registro os meus agradecimentos a V. Excelência, ao Dr. Mário Gil e ao Dr. José Paes, por ter tido a felicidade de contar com a sua presença e o seu companheirismo. Muito obrigado.” A seguir, o Presidente passou a palavra ao Dr. José Joaquim de Almeida, para que o mesmo, em nome da OAB-PE, saudasse o Des. Gustavo Paes de Andrade: “Exmo. Sr. Des. Antônio de Pádua Camarotti Filho, Presidente deste Egrégio Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco e demais integrantes da Corte; Exmo. Sr. Dr. Miécio Oscar Uchoa Cavalcanti, Procurador Regional Eleitoral; em cujo nome também saúdo todos os representantes do Ministério Público; Exmo. Sr. Dr. Dorany Sampaio, representante do Governador do Estado, Dr. Jarbas Vasconcelos, e também Membro Honorário Vitalício do Conselho Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil; Exmo. Sr. Des. Macedo Malta, Presidente em exercício do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, também em cujo nome eu saúdo todos os demais Desembargadores; Exmo. Sr. Taciano Domingues, Tesoureiro do Conselho Seccional da Ordem e Representante do Presidente que juntamente com o Dr. José Cavalcanti Neves, Membro Honorário Vitalício do Conselho Federal da Ordem dos Advogados de Pernambuco, Membro Honorário Vitalício do Conselho Seccional da Ordem dos Advogados de Pernambuco e Presidente Emérito do Conselho Seccional da Ordem dos Advogados de Pernambuco, como disse o Presidente, o Representante maior de todos os Advogados de Pernambuco, em cujo nome eu saúdo todos os meus colegas; Exmo. Sr. Deputado José Mendonça Bezerra, cujo Deputado Federal em cujo nome eu saúdo todos os parlamentares aqui presentes; minhas Senhoras e meus Senhores, meus colegas Advogados, Desembargadores José Paes de Andrade e Gustavo Paes de Andrade. Há uma atávica coincidência na trajetória dos Paes de Andrade e dos Almeida como única justificativa do convite para proferir, em nome da Advocacia pernambucana, esta saudação. Com efeito, existindo tantos advogados melhor qualificados ou mais ligados a eles, encontro apenas na circunstância de haver – semelhantemente – mais de uma geração nossa integrado este Egrégio Tribunal, o fundamento para a escolha. Jovem – muitíssimo jovem – acostumei-me a receber do meu avô – aquele de quem precisamente herdei o nome e a quem os mais antigos costumam referir-se como J.J. – na qualidade de Juiz do TRE, exemplos de dignidade no trato das coisas da Justiça. Crescendo, convivi – assim como V. Excelência, Des. Gustavo Paes de Andrade – com meu pai o Juiz Heraldo Almeida, muito aprendendo com as suas conversas – que tanto impressionaram e marcaram o jovem aprendiz – com o Des. Neves Filho (pai do Dr. José Neves, avô do Dr. Jorge Neves). Ao assumir, há quase quinze anos, com idênticos anseios e preocupações o mesmo cargo que V. Excelência, Des. Gustavo Paes de Andrade, assume agora, afirmava eu naquela ocasião – e posso repetir, por sua



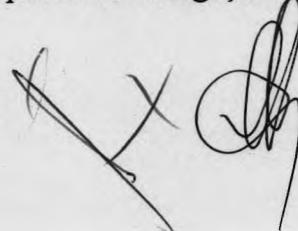
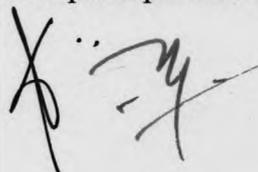
atualidade: “Seremos, pois, aqui, por formação, por convicção e, sobretudo, por dever, servos da Justiça.” Não uma Justiça meramente formal, falacioso produto normativo de discutível adequação às realidades históricas. Mas de uma Justiça essencial que – no âmbito do Judiciário Eleitoral – deve ter, necessariamente, como preocupação maior a realização e a preservação da verdade eleitoral – de autêntica e livre manifestação da vontade do cidadão – apanágio do verdadeiro Estado Democrático”. Sob esse prisma, ao Judiciário Eleitoral reserva-se o papel maior – sobretudo relevante em seu dinamismo social – de prevenir normas ou interpretações conjunturais em prejuízo da **Política** no seu vero sentido de como a concebia ARISTÓTELES, seja como ciência seja como arte. Esta – no meu entender, Des. Gustavo Paes – a diretriz que deve nortear a atuação do advogado como temporário integrante deste Colegiado. Costumo – como advogado e como militante da OAB, que pugnamos diariamente e há muitos e anos pela rápida prestação jurisdicional – afirmar, com habitualidade, que a experiência de integrar essa Casa é duplamente enriquecedora: ao vestir a toga, trazemos, para o Tribunal, além da vontade de servir, as duras lições do exercício da advocacia, caminho pelo qual aqui chegamos; ao transpor os cancelos muito aprendemos com a prática diuturna daquele exemplo mais concreto de rápida realização da Justiça. Rápida realização da Justiça – repita-se – que deveria servir de exemplo para todos os setores do Poder Judiciário. Tal experiência acaba de ser vivida pelo Des. José Paes de Andrade, homem simples do interior, nascido em Vertentes, vivido em Taquaritinga, cujo pai teve a visão de empreender todos os esforços para formar o filho em Direito. Se para tanto precisou vender a fazenda e a própria casa, não titubeou. Permita-me a revelação Desembargador, que o fruto daquele esforço lhe permitiu, mais tarde, a recompra dos bens e o retorno ao patrimônio familiar. Mas, dizia eu, com a colaboração diuturna de Dona Marita e bastante competência, ocupou, o Des. José Paes, lugar de destaque em diversos setores do mundo jurídico pernambucano, seja como advogado, defensor de interesses públicos, Secretário de Assuntos Jurídicos do Município do Recife, Secretário do Interior da Justiça do Governador Eraldo Gueiros Leite que, inovando no então incipiente sistema penitenciário de Pernambuco, derrubou, não apenas, simbolicamente, os muros da Casa de Detenção, como também, contribuiu para interiorizar a Justiça, construindo, nas diversas comarcas, mais de duzentas casas de Juízes e Promotores, seja, finalmente, nessa sua atuação como magistrado para cujo cargo – em fato inédito nos meios forenses – teve seu direito à recondução após completar os 70 anos reconhecido em memorável decisão judicial. Integrando, como o jovem Des. Gustavo Paes, família que também cultua os valores do Direito e tendo vivido experiências semelhantes, consigo compreender, na sua exata dimensão, a sensação pela qual passa V. Excelência neste momento. E, no que concerne às suas preocupações diante da imensidão da tarefa que ora se lhe apresenta, posso amenizá-las. Aqui, nesta Casa, não se experimenta o gosto amargo da solidão, uma vez que são dados, solidária e permanentemente, exemplos e lições como há pouco se referia o Procurador Miécio Oscar, por todos os integrantes do Tribunal que, ao longo do tempo, vêm se fazendo modelo de dedicação à Justiça e de seriedade no trato de assuntos do Poder Judiciário. Sei bem que V. Excelência aqui chegou após desempenhar diversos cargos. O Des.



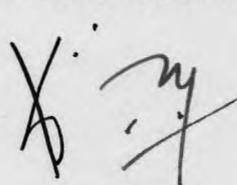
Leopoldo Raposo que me antecedeu já os elencou. Mas, também sei que aqui chegou depois de haver optado por uma carreira profissional que pode ser caracterizada e sintetizada de forma simples: profissional liberal do exercício diário das lides forenses, advogado militante, reúne assim, V. Excelência, as credenciais para ser um dos representantes da classe dos advogados nesta Casa. Em alguns momentos – em razão da complexidade da questão e dos limites inerentes à nossa humana condição – o desafio vai parecer agigantar-se. Aqui cabe uma palavra para Ana Luiza: esteja preparada, pois, nessas ocasiões você terá que dizer, no dizer de Marcos Vilaça, bem mais que a sua cara metade e praticamente o seu inteiro. O dele e o da família. Mas, como dizia, saiba aliar, Des. Gustavo Paes de Andrade, então, às suas reconhecidas qualidades de homem lutador, habilidoso, leal e amigo dos amigos, os conselhos lastreados nos caminhos já caminhados. E assim, ao término da sua missão, tenho a mais ampla convicção, de que a sensação a ser experimentada é a mesma pela qual passa atualmente o Des. José Paes de Andrade: a de ter, como o apóstolo Paulo, combatido o bom combate, preservando e perseverando na fé. Muito obrigado.” Com a palavra, o Des. Gustavo Paes de Andrade assim agradeceu: “Exmo. Sr. Des. Antônio Camarotti, digníssimo Presidente desta Casa; Exmo. Sr. Des. Macedo Malta, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, no exercício da Presidência, a quem eu saúdo os Desembargadores aqui presentes; amigo e parceiro Taciano Domingues, Representante da Ordem dos Advogados do Brasil; Dr. Miécio Uchôa Cavalcanti, digníssimo Procurador Regional Eleitoral; Exmo. Sr. Des. Federal Dr. Luís Alberto Gurgel; Exmo. Sr. Dr. Romero Andrade, Procurador Geral de Justiça; meu prezado amigo Dr. José Neves, por quem eu tenho uma estima e um carinho muito grande; Deputado Federal José Mendonça, através de quem eu saúdo os parlamentares aqui presentes; meu caro amigo José Joaquim; ao meu querido pai, que se despede nesta tarde, o meu carinho e o meu amor fraterno; Dr. Dorany Sampaio, representante do Governador do Estado de Pernambuco; Srs. Desembargadores; Srs. Juízes; minhas Senhoras; meus Senhores; caros amigos. Ao assumir o cargo de Desembargador neste Tribunal Eleitoral, desejo expressar primeiramente o meu mais profundo agradecimento aos membros do egrégio Tribunal de Justiça do meu Estado, principalmente pelos brilhantes colegas advogados que na lista foram lembrados e votados: Aluisio Xavier, Joaquim Correa de Carvalho, Silvio Neves Baptista, Marco Túlio Caraciolo, José Carlos Araújo, Maurício Albuquerque, Célio Avelino, Ari Santa Cruz, José Augusto Quidute, Raul Cunha e Vicente Moreno. Por fim, o honroso Tribunal de Justiça fez-nos constar na lista, juntamente com o querido professor Aluisio Xavier e o não menos brilhante advogado Dr. Joaquim Correa de Carvalho. Agradecimentos, também, aos excelentíssimos ministros do Tribunal Superior Eleitoral, onde fomos submetidos às exigências que a lei impõe. E, por fim, ao Exmo. Sr. Presidente da República Federativa do Brasil, por quem fui nomeado conforme determina a Constituição Federal. Sinto-me orgulhoso em assumir a cadeira destinada a minha querida instituição, a OAB, e muito mais por ela ter sido ocupada pelo meu pai, em quem sempre me espelhei na vida. Hei de seguir o mesmo caminho por onde ele passou e, neste instante, termina o cumprimento do seu mandato. Os seus ensinamentos e os seus exemplos foram e



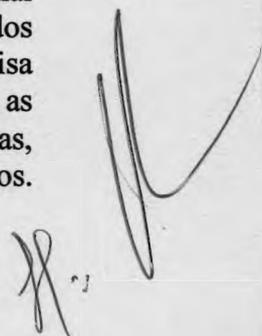
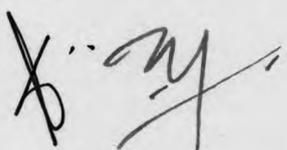
serão sempre o lume norteador da minha formação. Se essas virtudes me fazem dele ter orgulho, cabe-me, agora, honrá-las na missão que hei de cumprir, sucedendo-o. Dizem os pragmáticos que nada melhor para o sucesso que um homem bem sucedido. Se ele não teve os mais amplos sucessos, todavia, foi um homem bem sucedido na condução da família, na arte de fazer amigos e cultivá-los, e nas asperezas da vida forense e pública. Presto-lhe este reconhecimento público, porque, nos escaninhos da nossa vida privada, essa assertiva é um cânone de dever ético. Senhores Desembargadores, Juizes, demais autoridades, minhas Senhoras e meu Senhores. Tenho consciência da responsabilidade que paira sobre mim na condução e na busca da justiça e na transparência dos seus fins colimados, cuja aspiração deve ser uma constância na vida de todo cidadão. Já se disse que “o ideal de justiça é uma aspiração permanente do homem em busca do Direito. Coube ao poder Judiciário ser intérprete e destinatário de tão sublime e imanente inclinação humana.” Venho sem as amarras das paixões, venho para servir à Justiça, obedecer às leis no fiel cumprimento da sua melhor interpretação e aplicação, venho compartilhar com meus pares, dentro de minhas limitações, das sábias decisões que dirimem os conflitos. A Legislação Eleitoral exige celeridade e percuciência em todos os seus ângulos. Venho, portanto, imbuído dos melhores propósitos, deixando de lado todas as intemperanças, para me debruçar no equilíbrio da boa exegese e no que for de melhor para a soberania do direito e da lei, ante toda sua intemporalidade. Os embates eleitorais e as paixões políticas sempre foram avassaladores, maiores mesmo que as paixões dos enamorados, todavia, se quedam e se amainam ante a eficácia da lei eleitoral, cujas decisões são sábias e de prazos irreversíveis e fatais. A Justiça Eleitoral vive um tempo ímpar de toda sua história. Foi a instituição que mais se desenvolveu em tecnologia de informática. Tivemos as eleições mais rápidas de toda a sua história, onde o pronunciamento do povo na urnas emergiu transparente e célere, com os aplausos das nações mais ricas e desenvolvidas. Servimos de paradigma de eficiência para todos os povos. Prevaleceu, como dizia Rui Barbosa, “o império da lei, da língua e da liberdade.” As dissensões não ultrapassaram os seus limites e a esterilidade das discussões ideológicas ficaram à margem, prevalecendo o bom senso e a paz, que é fruto da Justiça. Vivemos novos tempos, mas, sempre o tempo do eclesiastes. Tudo isto inicialmente foram sonhos. De que vale a vida se não de sonhos? Sonhar é preciso. E os sonhos são feitos também de ilusões, fantasias, decepções, determinação, privações, redenção, otimismo, fé, trabalho, batalhas, frustrações, perdas, conquistas e vitórias. Mas é na esperança que mantemos a chama ardente. E a vontade de se tornar algo melhor a cada dia é o que faz do ser humano uma máquina de sonhar. Projetar idéias e desejos e lutar para transformar o que um dia foi um simples pensamento em uma situação real. Nunca desistir de algo que se deseja muito e que se almeja fazer parte da vida. O ser humano sonha! Mas se ele apenas sonhasse nunca saberia do que é capaz. É preciso conquistar os sonhos. Finalizo, assim, mais uma etapa na minha vida. E, agora, inicio outra de grande responsabilidade, que é a do julgar. Apenas iniciei meu sonho. Mas, sua conquista final será o dever cumprido, a cabeça erguida ao final do meu mandato. Poder ser reconhecido por tê-lo operado de forma honesta com princípios éticos que a profissão nos exige e que temos obrigação de fazê-la.



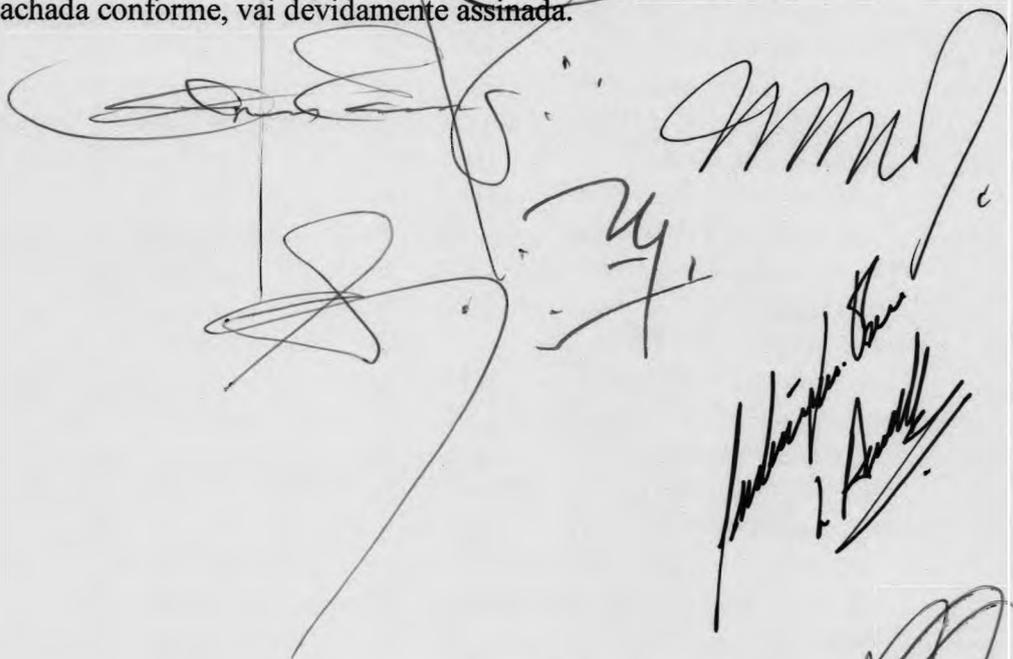
Rudolf Von Ihering nos ensina que “o Direito não é só uma pura teoria. Mas uma força viva. Por isso a Justiça sustenta numa das mãos a balança em que pesa o Direito e na outra a espada em que se serve para o defender. A espada sem a balança é força brutal; a balança sem a espada é a impotência do Direito. Uma não pode avançar sem a outra, nem haverá ordem jurídica perfeita sem que a energia com que a Justiça aplica a espada seja igual à habilidade com que maneja a balança. O direito é um trabalho incessante, mas não somente dos poderes públicos, mas ainda de uma nação inteira”. Por fim, agradeço a todos que aqui estão. Aos queridos e verdadeiros amigos que vieram prestigiar minha posse. Aos meus pais José Paes e Marita, meus irmãos, minha esposa Ana Luiza e minha amada filha Maria Clara, meus avôs maternos e paternos e aos meus sogros. Agradeço, também, a generosidade do dedicado e competente corpo funcional desta Casa, que sempre distinguiu meu pai com muito carinho e atenção e que espero poder contar com seu apoio. Mergulho no que há de mais íntimo: as palavras gentis e as saudações acolhedoras manifestadas pelo ilustre Des. Eleitoral Leopoldo Raposo e pelo não menos eminente advogado José Joaquim de Almeida o Zé Joaquim, que assim que me é dado chamá-lo há tanto tempo, encontro a personalidade sempre altiva e austera do advogado brilhante e do profissional ético, fruto do que há de melhor na advocacia pernambucana e falar em Zé Joaquim é falar também em quem o gerou, Dr. Heraldo Almeida, meu querido professor na Faculdade de Direito do Recife, meu eterno professor. Mestre ontem, mestre hoje, mestre sempre. As palavras de Zé Joaquim refletem de certo as palavras da classe de cujo nome são proferidas a Ordem dos Advogados do Brasil Seccional de Pernambuco. A OAB é a minha segunda casa. Lá encontro e reencontro o aconchego e a solidariedade, sentimento e virtude, lamentavelmente cada vez mais raros nos dias de hoje. Ao Des. Leopoldo Raposo não cabem em palavras as homenagens que minha alma lhe tributa. Magistrado da melhor cepa, reúne juventude e brilho na pena segura dos que se devotam com dedicação ímpar à causa da boa justiça. Conceituado e respeitado neste Estado e para além de suas fronteiras suas decisões e sua vida, tanto pública quanto privada, nos dão fiel testemunho de que V.Exa. encerra as melhores tradições da pernambucanidade. Agradeço-lhe assim, fraternalmente, a acolhida generosa, com que V. Exa. brinda o recém chegado neste egrégio e douto Colegiado. Ao ilustre Procurador e amigo Miécio Uchôa, suas palavras envaidecem qualquer pessoa. Agradeço de coração, como seu amigo e seu eterno admirador. Senhor Presidente, dirijo-me a Vossa Excelência para reconhecer de público o trabalho desenvolvido à frente dos destinos desta Casa, cuja transformação em tão curto espaço de tempo haverá a história, de registrá-la. Enfim, agradeço a todos os eminentes Desembargadores, o reconhecimento a mim dispensado em poder disputar este cargo, e também, neste momento, homenagear alguns ex-Desembargadores que estarão sempre presentes na minha memória: Arthur Pio, Francisco Sampaio, Benildes Ribeiro, Amaro Araújo, Carlos Xavier, Geraldo Campos, Cláudio Américo, Waldemir Lins, Edgar Sobreira, João David, Luiz Belém de Alencar, Itamar Pereira, Demócrito Reinaldo, Agenor Ferreira, Antônio de Brito Alves e José Antônio Amorim. E mais os respeitáveis e queridos Desembargadores que já não se encontram entre nós: José Maria Florentino, Pedro Malta e Célio de Castro Montenegro. Aos



colegas advogados que concorreram na lista e todos aqueles que ficaram comigo nesta caminhada o meu muito obrigado. Aos Juizes aqui presentes, o meu carinho por estar participando desta festa comigo e todos aqueles amigos e que Deus continue sempre a iluminar nossos passos. Muito obrigado.” Antes de encerrar a sessão, o Presidente fez o seguinte pronunciamento: “Seja pela falibilidade humana, seja pelos imprevistos, sempre acontecem os equívocos e nós temos que reconhecê-los. Ainda há pouco, o eminente Desembargador recém empossado falou no nome do Des. José Antônio Amorim. Por equívoco nosso, S.Exa. não foi mencionado, nem convidado. Eu, se pudesse, me ajoelharia para pedir perdão ao meu colega, um dos melhores colegas, um dos maiores Desembargadores que o Tribunal de Justiça já teve. Eu, de público, quero manifestar essa opinião acerca do Desembargador Amorim e apresentar-lhe as nossas desculpas por esse equívoco. Houve equívoco, também, quando mencionei, naturalmente pela emoção que todos nós estamos impregnados, mencionei que o Des. José Paes ainda teria um dia. Na realidade, o equívoco decorreu do fato de que a sua renúncia me foi apresentada ontem e somente hoje oficializada. Na realidade, o mandato de S.Exa. terminaria à meia-noite de hoje. De qualquer maneira, está feita a ressalva. Esse equívoco levou-me também a não mencionar, e aproveito a oportunidade para fazê-lo agora, que está encerrando, também, à meia-noite de hoje, o mandato do Des. Mário Gil Rodrigues. S.Exa. fechou com chave de ouro a sua passagem por esta Corte, ontem, quando fez uma noite de autógrafos, apresentando a publicação sobre uma matéria em que se especializou durante a sua permanência no Tribunal Regional Eleitoral, matéria referente a prestações de contas. S.Exa. colecionou as decisões que proferiu e as publicou. Um trabalho que servirá de norte para os estudiosos da matéria de Direito Eleitoral, naquela parte referente a prestação de contas. Nós queremos aproveitar esta oportunidade, quando S.Exa. também irá ou já está a se despedir das funções que exerceu brilhantemente nesta Corte, para dizer do nosso apreço, do apreço que todos nós temos pela pessoa de S.Exa. e por tudo que ele representou na passagem por este Tribunal. O que mais me emocionou na Sessão foi o reconhecimento de que esta Casa é realmente uma família. Esta Casa é uma Casa de Justiça, mas, sobretudo, é uma Casa de irmãos. É uma Casa de união. Neste Tribunal, conforme o testemunho de todos os Desembargadores que por aqui passaram, e atualmente o testemunho do nosso eminente colega Des. Ridalvo Costa, há realmente uma união muito grande de todos que aqui vêm. Todos que aqui sentam para exercer a função de Magistrado Eleitoral passam a sentir a emoção de participar de uma família, é a família do eleitoral. E essa família se completa na pessoa dos servidores do Tribunal Regional Eleitoral. Em todas as oportunidades eu não me canso de dizer que os servidores do Tribunal Regional Eleitoral são os melhores funcionários dos Tribunais de Pernambuco. Não há nem uma classe funcional que possa se equiparar à classe funcional dos servidores do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, seja na competência, sem demérito naturalmente dos outros servidores, mas, principalmente, porque esses servidores vestem a camisa do Tribunal. Esses servidores se destacam pela eficiência com que exercem as suas funções e é a eles que nós devemos tudo isso que tivemos: eleições limpas, eleições isentas de fraudes, eleições com divulgação de resultados muito rápidos.



Naturalmente, nós dependemos da Informática, que é a mais avançada tecnologia, mas dependemos, também, e, sobretudo, do homem, da pessoa humana, que, com o seu trabalho, faz funcionar esta Casa. Nós agradecemos a todos. Agradecemos principalmente aos servidores e agradecemos ainda mais aos juristas, todos eles, magistrados ou não, políticos, parlamentares, advogados e familiares do Desembargadores. Agradecemos a todos que vieram engalanar esta solenidade. Poucas vezes o Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco viu uma reunião de tantas pessoas representativas da nossa sociedade. A Vossas Excelências e a todos o muito obrigado do Tribunal." Nada mais havendo a tratar foi encerrada a sessão. E, para constar, eu, _____, Diretor Geral, lavrei a presente ata que, lida e achada conforme, vai devidamente assinada.

A collection of handwritten signatures and scribbles in black ink. On the right side, there are several distinct signatures, including one that appears to be 'MML' and another that is more cursive and difficult to decipher. Below these, there are some scribbles and what looks like the number '24' written vertically. On the left side, there are large, sweeping, and somewhat abstract scribbles that do not form recognizable text.A large area of the page filled with extensive, sweeping, and abstract handwritten scribbles in black ink. These scribbles are very fluid and cover a significant portion of the lower half of the page, appearing to be a continuation of the scribbles from the block above or a separate set of marks.